

Dr. Jeckyl and Mister Hide ou que Educação Patrimonial queremos nos Museus?

*André Luis R. Soares**

A existência de uma metodologia para a valorização de bens culturais não é nova, porém, deve ultrapassar formas prontas reproduzidas acriticamente. A adoção de uma metodologia, seja ela denominada educação patrimonial ou não, deve atentar para os objetivos estabelecidos, os pressupostos, ou marcos teóricos, que balizam a instituição e os públicos alvos da ação pedagógica. Desta forma, discutir as interfaces possíveis de educação em museus requer previamente reconhecer as tendências da museologia ou da educação, e seus encontros e desencontros. Como, também, discutir os interesses sociais, políticos ou econômicos que velam por um museu desconectado da realidade e do seu papel transformador. Neste artigo, longe de resolver o problema posto, pretendemos discutir alguns pontos assim estruturados: em primeiro lugar, buscar uma definição ou conceitos de educação patrimonial para responder a questão posta no título deste artigo. Depois, problematizar como os acervos são utilizados para referendar o poder de elites ou grupos, não necessariamente econômicos, que se utilizam dos bens culturais para construir uma memória para a cidade, aqui incluindo os museus. Por fim, parafraseando Mário Chagas, algumas considerações sobre as manifestações do poder da memória e da memória do poder através da educação patrimonial.

Afinal, o que é patrimônio?

Atualmente a discussão sobre o que é patrimônio ultrapassa a tradução de pater= pai (em latim) e nomos= legado, herança (em grego). Embora saibamos que o patrimônio pode estar associado ao que recebemos ou herdamos do pai e da família, não podemos esquecer que também está diretamente associado aos

bens, ou seja, conotação financeira do que possuímos ou adquirimos de alguma forma. Assim, a concepção do patrimônio nasce na forma de herança de caráter cultural, e também econômica. A compreensão desta dubiedade é importante para traçar os (des) caminhos do patrimônio desde suas origens até sua transformação em bens culturais. Ao mesmo tempo, esta introdução é necessária para mostrar que a educação patrimonial precisa, inicialmente, questionar: qual patrimônio estamos ensinando a valorizar? O patrimônio histórico, segundo Rodrigues, “é uma vertente particular da ação desenvolvida pelo poder público para a instituição da memória social” (1996, p.195), e atualmente o patrimônio tem se estendido a todos os lugares ou atividades culturais levados a cabo por grupos sociais, como terreiros de candomblé, vilas operárias e até campos de futebol de várzea (MAGNANI; MORGADO, 1996, p.175). Porém, mesmo considerando vários conceitos ou classificações diferentes, o que percebemos é que o patrimônio não é, na verdade, de todos.

[...] o Patrimônio Cultural de uma sociedade, de uma região ou de uma nação é bastante diversificado, sofrendo permanentes alterações, e nunca houve ao longo de toda a história da humanidade critérios e interesses permanentes e abrangentes voltados à preservação de artefatos do povo, selecionados sob qualquer ótica que fosse (LEMOS, 1987, p.21).

Enquanto grupos sociais ou econômicos buscam referendar a posse de títulos ou genealogias, o que percebemos é que o patrimônio e a memória também se tornam um território de litígio para a posse do passado ou de suas interpretações, papel bem conhecido no embate entre a história oficial e outras histórias.

Ao mesmo tempo, a memória é geralmente preservada por aqueles que desejam manter a diferenciação quanto a sua origem ou classe social. Não é raro notar os quadros dos antepassados importantes pendurados na sala e a busca de brasões de família que legitime a posse de títulos arcaicos ou bens.

O patrimônio se destaca dos demais lugares de memória uma vez que o reconhecimento oficial integra os bens a este conjunto particular, aberto às disputas econômicas e simbólicas, que o tornam um campo de exercício de poder. Mais que um testemunho do passado, o patrimônio é um retrato do presente, um registro das possibilidades políticas dos diversos grupos sociais, expressas na apropriação de parte da herança cultural (RODRIGUES, 1996, p.195).

Desta forma, o que percebemos é que não há inocência ou neutralidade nas discussões e nos bastidores da conservação do patrimônio. Mesmo o que seja conservação do patrimônio ou sua definição ainda estão longe de ser esclarecidas, mantendo-se o véu de ignorância quanto à diferença entre o grande e o grandioso, valorizando-se as obras e construções das classes ou ideologias dominantes, obscurecendo-se o valor das classes populares e suas construções materiais, seu conhecimento e suas manifestações.

Assim, preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados (LEMOS, 1985, p.29).

Não podemos esquecer este aspecto ideológico que envolve a proteção e a conservação do patrimônio de uma sociedade. O cuidado com estes bens está mais voltado a uma exploração econômica, na qual a preservação atende à indústria do comércio e do turismo, uma vez que os bens patrimoniais (culturais, naturais, paisagísticos e arquitetônicos) correspondem a um filão pouco explorado nacionalmente, aumentando as arrecadações sob forma de impostos e ampliando as rendas locais. Sem entrar na discussão da validade deste tipo de visão, devemos observar que, sob esta ótica, não se está procurando conservar os bens socioculturais de uma sociedade, mas, antes, explorá-la em suas características exóticas, que, de certa forma, não é uma valorização e, sim, invenção.

Inventa-se o patrimônio a cada vez que se determina (quem determina?) que um prédio, um local ou um hábito seja considerado um patrimônio por todos. Busca-se que algo seja defendido por todos, mas que interessem ou representem somente uma parte, um grupo ou uma classe da sociedade.

O patrimônio não é, porém, uma representação de ‘todos’ [...] Hoje, embora o conceito de patrimônio tenha-se deslocado da nação para a sociedade, esta concepção permanece como um dos traços das práticas preservacionistas [...] e como um fator de dissimulação das diferenças sociais e culturais (RODRIGUES, 1996, p.195).

Neste aspecto, então, discutir sobre as práticas educacionais nos lugares de memória, seja escola, seja museu, precisa anteriormente repensar qual grupo, segmento, etnia ou interesses estão sendo defendidos, protegidos, perpetuados e valorizados.

O começo da discussão

Não podemos esquecer o contexto que faz surgir a discussão sobre quais são os patrimônios no Brasil e como passaram a ser preservados. Talvez o pioneiro mais notório seja Mário de Andrade, que, a partir dos anos 1920, começa a percorrer o Brasil em busca de uma identidade nacional, construída a partir da ideia da miscigenação entre o branco, o negro e o índio. Assim, a construção de uma história nacional começava com o Brasil colônia e a cidade de Ouro Preto torna-se um ícone, recebendo o status de Monumento Nacional (1933). Em 1936 foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) -, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, cujo titular era Gustavo Capanema. Capanema logo recorreu a Mário de Andrade encomendando-lhe a elaboração de um programa de proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro.

Mário passou a acumular a função de representante do SPHAN em São Paulo, onde elaborou um inventário preliminar, enumerando os exemplares do patrimônio cultural paulista que conseguira identi-

car em suas excursões com Paulo Duarte. A atuação do SPHAN foi regulamentada pelo Decreto-lei 25/37 - documento redigido pelo seu primeiro diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade – no qual costuma-se apontar a influência do anteprojeto de lei de autoria de Mário de Andrade. Ainda hoje o anteprojeto de Mário é atual e, cada vez mais, tem-se caminhado na direção dele para definir o que é patrimônio e o que é passível de reconhecimento, intervenção e tombamento.

Podemos citar, por exemplo, a proposta de proteção dos denominados bens imateriais. Nas categorias de bens culturais de arte arqueológica e arte ameríndia consta a inclusão do tema “folclore ameríndio”, que se manifesta nos “vocabulários, cantos, lendas, magias, medicina, culinária ameríndias”, e na categoria arte popular consta o tema “folclore”, que consiste na “música popular, contos, histórias, lendas, superstições, medicina, receitas culinárias, provérbios, ditos, danças dramáticas”, entre outros.

Mário de Andrade também se preocupa com o aspecto educativo do patrimônio. Enquanto um grupo tenta atrelar a educação patrimonial ao seminário ocorrido em 1989 promovido pelo IPHAN e a tradução da “heritage education” para educação patrimonial, Mário já antevia a necessidade de incorporação da materialidade dos prédios e objetos como componentes da história nacional.

Não cabe aqui discriminar todas as modificações que o projeto de Mário de Andrade sofreu e o período político em que se insere (SOARES et al, 2007a, b). Contudo, Mário de Andrade propõe uma resposta que valorize a variedade cultural, os distintos “Brasis” dentro de um Brasil, no qual a diversidade cultural deva ser vista como a nossa característica singular. Havia uma discrepância entre o anteprojeto e o projeto: enquanto Mário de Andrade está preocupado em conceituar o patrimônio e valorizar todas as formas de manifestações culturais, o decreto-lei de Rodrigo Melo Franco de Andrade trata das implicações jurídicas e os efeitos legais do tombamento, como o uso e o direito de propriedade. Isto é bem visível na constituição de 1937:

ART. 1 - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (Decreto Lei nº 25/37).

Destarte, a preservação dos patrimônios também ficou ligada às elites representadas no conhecimento histórico produzido. Essa dominação das elites (econômica e política) do país é até hoje exercida, pois as mesmas manipulam, através, principalmente, do seu status político, qual bem cultural será preservado. Isso justifica o número de bens tombados pertencentes a classe branca dominante frente a quantidade de bens registrados pertencentes a cultura afro-brasileira ou mesmo imigrante.

Ademais, a preservação também tem um forte cunho político e econômico. Em tempos neoliberais, em que a educação é transformada em mercadoria, a denominação de “bens culturais” demonstra claramente a percepção econômica e de geração de lucro. É por isso, talvez, que estes recursos são considerados “recursos culturais, termo de conotação econômica e designativo de algo que pode ser usado com proveito por quem assim o denomina” (ARRUDA,1996, p.138).

A Memória como instrumento de poder

A memória herdada, enquanto fenômeno construído socialmente, é parte constituinte da identidade de um indivíduo ou grupo. Nessa categoria de memória encontram-se as tradições, os rituais, as superstições os saberes, enfim, o patrimônio imaterial desse sujeito e, por conseguinte, de seu grupo. Em sociedades em que a transmissão do conhecimento e da história do grupo se dá apenas através da oralidade, a memória herdada assume uma importância ainda maior. Ela é tida como mantenedora da identidade de tal sociedade condiciona a continuidade dos valores e à sobrevivência dos integrantes, enquanto grupo social.

As mudanças que ocorrem nessas manifestações culturais ao longo do tempo e em diferentes lugares, nada mais são do que adaptações dessa memória às realidades atuais. Esse constante processo de mudanças e continuidades caracteriza o que se considera uma cultura local. Dessa forma, a cultura, assim como a memória, está em constante processo de criação.

A cultura e a memória de um grupo não se mantêm apenas no plano intangível da memória. Mas também, em tudo o que esse grupo construiu em bens tangíveis ao longo do tempo. Através da memória cria-se um vínculo de pertencimento entre a sociedade e a cultura material. A memória acaba açambarcando para si os bens materiais que a compõem, ao menos no imaginário dos integrantes de tal sociedade, o que faz com que ela reconheça esses bens como seu patrimônio. Halbwachs (1990) afirma ainda que,

Não há memória coletiva que se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento, é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças.

Então, não basta falar em patrimônio material sem perceber que as manifestações culturais e as lembranças existentes na memória são corporificadas materialmente em objetos, espaços e realizações, saberes estes que retratam desde tecnologias até crenças e religiosidades. Neste sentido, a materialidade expressa nos (e dos) objetos representa escolhas sobre a representatividade coletiva, criteriosamente escolhida pelos membros dos grupos.

O ato de dominação presente na construção de uma memória

oficial está no fato de que aqueles que têm sua memória marginalizada passam a entendê-la como algo individual e não representativo, ou seja, não pertencente à visão de identidade que foi estabelecida. Esta memória oficial será transmitida para as próximas gerações, silenciando, assim, sobre sua própria História.

Neste caso, o papel dos locais de memória, sejam arquivos, museus ou outros, é buscar dar a visibilidade (ou não) aos marginalizados, esquecidos, periféricos ou simplesmente carentes, e isso não representa uma abordagem econômica. Um exemplo disso é a recente exposição que o Núcleo de Estudos de Patrimônio e Memória – NEP/UFSM realizou em Santa Maria para tratar dos cinquenta anos da imigração japonesa na cidade. O comentário mais ouvido era: “- não sabia que tinha japonês em Santa Maria!”. Esta percepção deu visibilidade a um grupo imigrante esquecido em praticamente todo do estado do RS, enquanto se comemora o centenário da imigração nipônica no resto do país.

O processo de enquadramento também pode ser visto nos chamados “lugares de memória”, os quais seriam os resultados de uma busca por uma identidade, em um contexto de memórias enfraquecidas, tempos lineares e, principalmente, homogeneização cultural, presente nas sociedades em processo de globalização. Dessa forma, a memória possui uma eficiência que ultrapassa um mero resgate do passado, e acaba por servir como auxiliar em um processo de legitimação na busca por unidade dentro de uma sociedade.

A memória e sua conservação, seja por meio de bens materiais ou imateriais, tornou-se um entrave na busca desenfreada por desenvolvimento empreendida pela sociedade contemporânea. Deste modo, os lugares de memória, museus, monumentos, casas de cultura e memória e arquivos históricos, surgiram como uma alternativa ao esquecimento, fazendo com o progresso e o avanço tecnológico não impliquem em direcionar as forças apenas para a construção do futuro, se utilizando da manutenção da memória para que o desenvolvimento não suplante a história.

Entretanto, a memória a ser conservada nesses lugares, passa também, e principalmente, por um processo de enquadramento, já que esses lugares têm originalmente a função de abrigar a memória coletiva oficial.

Posteriormente, as ações de resistência das memórias marginalizadas e o crescimento de pesquisas acerca da representação dessas em monumentos, praças e museus, fez com que as relações de disputa e conflito entre memória oficial e memórias marginalizadas se fizessem presentes também nos museus. Dentro dessa perspectiva, Chagas (2005) afirma que:

[...] os museus são lugares de memória e de esquecimento, assim como são lugares de poder, combate, de conflito, de litígio, de silêncio e de resistência, em certos casos podem até mesmo ser não lugares.

A carga ideológica e emocional que envolve a memória é responsável por dar sentido ao reconhecimento e a conservação de bens tangíveis e intangíveis do passado, atribuindo-lhes uma parte na construção da identidade coletiva no presente. Dessa forma, o resgate da memória deve ser o ponto de partida das ações educativas que visam o reconhecimento e a apropriação do patrimônio por parte da sociedade.

Sem conclusões ou várias conclusões?

As atividades desenvolvidas por aqueles que se preocupam com a memória e o patrimônio deveriam ter como seus objetivos a preservação das identidades culturais, ou seja, as particularidades de cada povo, de cada região do mundo. Principalmente, reconhecer as múltiplas influências que uma identidade cultural sofre de outra, percebendo, assim, as semelhanças, mas, principalmente, o que é diferente. Assim, é necessário, juntamente a essa noção de identidade, a qual construímos, defendermos que se precisa “resgatar o cotidiano, os elementos que constituem e fa-

zem o ser e o agir, a cultura, os bens patrimoniais -naturais e sociais [...] para a construção do sentido de cidadania” (ITAQUI, 1998, p.17).

A educação patrimonial ou a valorização dos bens culturais que buscamos partem da relação entre o homem, sujeito e o objeto transformado por ele. Com a construção dessa identidade busca-se que as pessoas envolvidas passem a exercer com maior afinco a sua cidadania, e, por conseguinte, criem uma identidade cultural:

O entendimento e a prática da cidadania, no nosso entender, começa pelo conhecimento da realidade onde o indivíduo está inserido, a memória preservada, os dados do presente, o entendimento das transformações e a busca de um novo fazer, o que não significa uma aceitação submissa e passiva dos valores do passado, mas o reconhecimento que estão ali os elementos básicos com que contamos para a conservação da nossa identidade cultural. (SANTOS, 1994, p.78)

Já observamos que existem diversos grupos interessados na manutenção e na preservação dos locais, espaços e bens das elites históricas do país. Uma nova abordagem procura trabalhar com os objetos e a cultura material e imaterial das classes marginalizadas da sociedade, tendo por objetivo “a conscientização das comunidades acerca da importância da criação, da valorização e da preservação dos patrimônios locais” (SOARES, 2003, p.24).

Partindo dessa premissa, observamos que há um potencial como instrumento político de salvaguarda das distintas identidades, independente de importância histórica, monumentalidade, antiguidade, imponência ou relevância arquitetônica. Desta forma, os critérios de designação de patrimônio serão eleitos pelas comunidades interessadas, ao invés de atribuídos pelo Estado.

Neste sentido, problematizar com os diferentes estratos e grupos socioculturais, étnicos e religiosos as atividades, conhecimentos ou materializações da cultura ou identidade, a partir do patrimônio material, ou seja, do objeto real como fonte de informação sobre a rede de relações sociais e o contexto histórico em

que foi produzido, utilizado e dotado de significado pela sociedade que o criou. Todo um complexo sistema de relações e conexões está contido em um simples objeto de uso cotidiano, uma edificação, um conjunto de habitações, uma cidade, uma paisagem, uma manifestação de cultura popular, festiva ou religiosa, ou até mesmo em um pequeno fragmento de cerâmica originário de um sítio arqueológico (HORTA, 1999, p.9).

Os museus serão dignos de seus acervos quando discutirem com todos os grupos sociais, étnicos, religiosos ou econômicos envolvidos no processo. Ademais, é passado o tempo que somente o poder público determina, estabelece ou impõe quais objetos, construções ou práticas devem ser preservadas e como. O diálogo entre a comunidade, a iniciativa privada e a administração pública também é urgente, sob pena de, entre desculpas e acusações, vermos prédios, instituições e locais abandonados e destruídos.

Voltando ao nosso título, então, até quando veremos Mister Hide – o esquecimento – ocultar o Doutor Jeckyl – conhecimento - de quem mais precisa dele?

Notas

* Professor do Departamento de História, Coordenador do Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória – NEP. Pró-Reitoria de Extensão, UFSM.

Referências

ARRUDA, Rinaldo. Levantamento A contribuição dos Estudos Antropológicos na Elaboração dos Relatórios de Impacto Sobre o Meio Ambiente. In. CALDARELLI, S. (org.) **Atas do Simpósio Sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural**, Universidade Católica de Goiás, 1996, p. 138-144.

CHAGAS, Mário. Museus: Antropologia da Memória e do Patrimônio. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n 31, Ministério da Cultura, Brasília, p.20, 2005.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. (original publicado em 1950).

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília:** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial, 1999.

ITAQUI, José. **Educação Patrimonial:** a Experiência da Quarta Colônia. Santa Maria: Pallotti, 1998.

LEMOS, Carlos A .C. **O Que é Patrimônio Histórico.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; MORGADO, Naira. Futebol de Várzea Também É Patrimônio. In. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 175-184, 1996.

RODRIGUES, Marly. De Quem é o Patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, 1996, n. 24, p. 195-203.

SANTOS, Maria Célia Teixeira M. A preservação da memória enquanto instrumento da cidadania. **Cadernos de Museologia**, n. 3. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1994.

SOARES, André Luís Ramos (Org.).**Educação Patrimonial:** Relatos e Experiências. Santa Maria: UFSM, 2003.

SOARES, André Luis R.; SPIAZZI, Daiane Tonato; OLIVEIRA, Fabiana de; DIAS, Guilherme. As relações de exclusão na preservação e manutenção dos patrimônios brasileiros. **Cadernos do CEOM**, n.26, 2007a.

SOARES, André Luis R.; SOUZA, Crisiéle Santos de; CARDÔZO, Lisliane; ALBARELLO, Tales Henrique. A educação patrimonial como instrumento de preservação e democratização da memória e do patrimônio nos Museus. **Cadernos do CEOM**, n.26, 2007b.